

# EUA e Canadá garantem mais de US\$ 1,5 bi

O Eximbank, dos EUA, e o EDC, do Canadá, já garantiram a maior parte dos US\$ 2,5 bilhões de que o Brasil precisa para fechar o balanço de pagamentos.

Dos 2,5 bilhões de dólares que o Brasil ainda precisa conseguir em linhas de crédito comercial, o Eximbank norte-americano e o EDC canadense já garantiram uma parte, segundo assegurou uma fonte do Ministério da Fazenda. Além disso, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, está concluindo entendimentos com as agências governamentais da França (Cofece), Alemanha (Hermes) e Japão (Eximbank).

No pacote financeiro acertado com os bancos credores, o Brasil revelou a necessidade de US\$ 9 bilhões para fechar o balanço de pagamentos deste e do próximo ano. Os bancos privados forneceram apenas US\$ 6,5 bilhões, ficando acertado que os US\$ 2,5 bilhões restantes seriam conseguidos em agências governamentais que financiam importação e exportação.

O Eximbank dos EUA já forneceu US\$ 250 milhões e está concluindo o acerto de mais US\$ 1,25 bilhão. As agências do Canadá, França, Alemanha e Japão dividem então a garantia de um fornecimento de linha de crédito comercial de US\$ 1 bilhão. Para o diretor da Cacex, Carlos Viacava, não haverá problemas em conseguir essas linhas de crédito, sobretudo porque os governos estão interessados em ajudar o Brasil.

Na primeira quinzena de novembro, quando irá à França negociar com o Clube de Paris o reescalonamento de US\$ 7 bilhões — o Brasil quer novo prazo de nove anos para pagar, sendo quatro de carência, durante o qual pagará apenas os juros —, o ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, espera que já estejam concluídos os en-



tendimentos a nível de governo sobre o financiamento comercial.

O líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino (RJ), sustentou ontem que, se o Brasil não conseguir meios prazos para amortização e juros adequados para o pagamento da dívida externa, não haverá meios de o País acumular reservas em moeda forte. Essa situação — afirmou — é inaceitável para um país que pretende preservar a sua soberania. O parlamentar fluminense cita

como exemplo da perplexidade em que se encontra a Nação a circunstância de ter de pagar US\$ 12 bilhões, este ano, somente a título de juros de empréstimos já antigos. Esse montante, lembrou, representa o dobro do saldo da balança comercial, não obstante todo o esforço realizado para ampliar as exportações e reduzir as importações.

Notou ainda o parlamentar que, levando em conta o déficit da conta de serviços, sem incluir os juros, deverá se situar entre 3,5 e quatro bilhões de dólares, ficando desde logo evidenciada a absoluta impossibilidade de pagamento da dívida externa nas atuais condições.

Saturnino continua acreditando que a moratória unilateral seria o procedimento mais adequado para convencer os nossos credores da impossibilidade de impor ao País condições excessivamente pesadas para saldar a dívida. No entanto, ele não afasta o exame de outras modalidades de negociações, desde que não impliquem a diminuição dos níveis de consumo já extremamente baixos da população, bem como o enfraquecimento do já débil mercado interno.